

Avaliação nacional da alfabetização: o que as pesquisas apontam?

National literacy evaluation: what does research show?

Evaluación nacional de la alfabetización: ¿lo que las investigaciones apuntan?

Elizabeth Gottschalg Raimann*

Universidade Federal de Goiás [UFG] – Regional Jataí – Bra.

Náfren Ferreira Lima**

Universidade Federal de Goiás [UFG] – Regional Jataí – Bra.

RESUMO

Este artigo objetiva responder a seguinte questão: como as teses e dissertações abordam a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) no Brasil? Para isso analisou-se os dados obtidos entre 2013 a 2017 nos bancos de dados da BDTD e CAPES. Os dados levantados apontam para treze dissertações e quatro teses relacionados à ANA. As áreas do conhecimento que trataram da temática foram educação, letras, ciência política e administração. Das pesquisas, 70% mostraram que a avaliação externa é uma ferramenta utilizada pelo Estado avaliador para controlar o trabalho do professor, bem como os conteúdos que serão ensinados ou não. Os outros 30% abordaram a ANA na perspectiva do Aprender-a-Aprender como orientação pedagógica, embasada na pedagogia das competências.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Avaliação em larga escala. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

The objective of this article is to answer the following question: how do thesis and dissertations address de National Literacy Evaluation (*Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA*) in Brazil? For this, data was analyzed from BDTD and CAPES databases obtained from 2013 to 2017. The data collected points out to thirteen dissertations and four theses related to ANA. The knowledge areas that dealt with the theme were education, languages, political science, and administration. Of the research, 70% showed that the external evaluation is a tool used by the evaluating State to control teacher's work, as well as contents that will or will not be taught. The other 30% approached ANA from the perspective of Learning-to-Learn as a pedagogical orientation, based on the pedagogy of competences.

Keywords: State of knowledge. Large scale evaluation. Educational policies.

RESUMEN

Este artículo tiene como finalidad responder la siguiente cuestión: ¿cómo las tesis y disertaciones abordan la Evaluación Nacional de la Alfabetización (ANA) en Brasil? Para eso, fueron analizados los datos obtenidos entre 2013 a 2017 en los bancos de datos de BDTD y CAPES. Los datos apuntan a trece disertaciones y cuatro tesis relacionadas a la ANA. Las áreas del conocimiento que trataron de la temática fueron educación, letras, ciencia política y administración. El 70% de las investigaciones mostró que la evaluación externa es una herramienta utilizada por el Estado evaluador para controlar el trabajo del profesor, así como los contenidos que se enseñarán o no. El otro 30% abordó a la ANA desde la perspectiva del Aprender-a-Aprender como orientación pedagógica, basada en la pedagogía de las competencias.

Palabras-clave: Estado del conocimiento. Evaluación a gran escala. Políticas educativas.

Introdução

A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) é uma avaliação externa inserida no Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído pela Portaria nº 867/2012. De acordo com este documento, a proposta de avaliação prevista envolve, entre outras ações, “uma avaliação externa universal do nível de alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental [...] em Língua Portuguesa e em Matemática [...]”. (BRASIL, 2012, Art. 5º, Inciso I). Esse artigo objetiva apresentar e analisar como as teses e dissertações entre 2013 a 2017 abordam a ANA a partir de dois bancos de teses e dissertações, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Justifica-se o período de 2013 por ser o primeiro ano de inserção da ANA como instrumento de monitoramento da alfabetização elaborado pelo INEP/MEC e os bancos de dados por apresentarem as produções acadêmicas relevantes para o estado do conhecimento, considerando os critérios de credibilidade das bibliotecas digitais, facilidade de acesso, número amplo de dissertações e teses, bem como fontes diversificadas de divulgação da pesquisa acadêmica na área de conhecimento.

Estudos na área de educação que abordam o estado do conhecimento sinalizam esforços para compreender como se tem constituído a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, respondendo aspectos e dimensões em distintos contextos e lugares. Compreende-se que “o avanço na produção do conhecimento passa necessariamente por esse processo, à medida que possibilita aos pesquisadores o conhecimento sobre o que vem sendo produzido ao longo do tempo”. (ROSSETTO et.al, 2013). Do mesmo modo, Ferreira (2002) enfatiza que as pesquisas denominadas “Estado do conhecimento” têm ganhado visibilidade por parte dos pesquisadores, pelo interesse em conhecer a totalidade dos estudos e pesquisas em determinada área do saber. E justifica, se posicionando sobre a opção metodológica dos pesquisadores por tais pesquisas:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (FERREIRA, 2002, p. 259).

Esse tipo de metodologia, de grande relevância para a formação do pesquisador, se constitui em uma primeira etapa para qualquer investigação, pois aponta caminhos a serem percorridos e aspectos a serem abordados na pesquisa. Mediante um estudo sistemático, possibilita o avanço do conhecimento. Entretanto, Rossetto et al (2013) ressaltam que esse processo tem-se constituído complexo, isso se deve ao volume de trabalhos produzidos e disponibilizados em diferentes fontes e formas de veiculação.

Mediante pesquisa bibliográfica e documental, embasados em Afonso (2009), Duarte (2001), Ravitch (2011), Saviani (2011) e Zanardini (2014) buscou-se responder a questão norteadora: como as teses e dissertações abordam a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) no Brasil. Desta forma, no primeiro momento se apresentará o objetivo da Avaliação Nacional da Aprendizagem (ANA), na sequência, o caminho metodológico e, por fim, a análise dos dados levantados.

Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

ANA é uma avaliação em larga escala, anual e censitária. Tem como objetivo aferir os níveis da alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes das escolas públicas, matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, tanto da zona urbana quanto rural. Se insere na previsão do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, que estabelece que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização. Conforme o documento básico, o Ciclo de Alfabetização é compreendido como um período necessário para que seja garantido a cada criança o direito às aprendizagens básicas. A avaliação produz indicadores e diagnóstico objetivando a melhoria da aprendizagem da leitura, escrita e matemática até os três primeiros anos da escolarização básica das escolas públicas brasileiras. Nesse sentido, seus objetivos se pautam em:

- i) Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental;
- ii) Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino;
- iii) Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional (BRASIL, 2013, p.7).

A avaliação segue as orientações do Documento Básico ANA (BRASIL, 2013); na língua portuguesa o instrumento possui vinte itens, com três questões descritivas (respostas abertas) e dezessete questões objetivas (múltipla escolha). Na matemática, por sua vez, são aplicados vinte itens objetivos (múltipla escolha), englobando conhecimento algébrico, geometria, grandezas e medidas, e tratamento da informação (gráficos e tabelas). Após a avaliação, o compilamento dos dados e seus resultados são informados pelas Instituições de Ensino, Municípios e Unidade Federativa, publicando-se, posteriormente, um índice referente às condições disponibilizadas sobre o nível nacional de alfabetização. (BRASIL, 2013).

A ANA se insere em um dos programas do governo federal, o PNAIC, dentro do contexto da agenda das políticas de Educação Para Todos (EPT). Esta agenda, estabelecida no ano de 2000 pela UNESCO em Dakar/Senegal, objetivava "ao fortalecimento da cidadania e à promoção de habilidades necessárias a um desenvolvimento pleno e sustentável". (BRASIL, 2014, p.9). Segundo relatório do Ministério da Educação, sobre a EPT, ao tratar do programa do PNAIC, afirma que

[...] o acesso à **educação primária universal**, o principal problema do ensino fundamental é o baixo rendimento na aprendizagem de seus alunos. O Pacto foi concebido com o objetivo de enfrentar este desafio. Trata-se de um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios [...]. (BRASIL 2014, p. 77, grifo nosso).

Importante destacar que a educação primária universal é uma das seis metas do EPT, compromisso assumido entre os 164 países signatários de Dakar até 2015¹. Diante disso, o levantamento das pesquisas produzidas no âmbito das pós-graduações nas regiões do Brasil se

¹São as seis metas: educação primária universal, qualidade da educação, cuidado e à educação na primeira infância, habilidades de jovens e adultos e alfabetização de adultos.

torna relevante evidenciando como a temática é discutida nas diferentes áreas do conhecimento.

O caminho percorrido para compreensão do objeto de estudo

No mapeamento das pesquisas, entre 2013 e 2017, buscou-se referência à ANA seja no título ou no corpo do trabalho. Foram encontrados 6 (seis) trabalhos no banco da BDTD, 5 (cinco) dissertações defendidas entre os anos 2014 e 2017 e 1 (uma) tese defendida em 2016. No banco da CAPES foram encontrados 11 (onze) resultados, sendo 8 (oito) dissertações defendidas entre os anos de 2014 a 2017 e 3 (três) teses defendidas no ano de 2016.

No intuito de conhecer melhor as produções acadêmicas sobre a ANA, o estudo desencadeou as seguintes etapas: a) identificação das dissertações e teses produzidas entre 2013 a 2017, nos diferentes programas de pós-graduação das áreas do conhecimento; b) leitura dos resumos das teses e dissertação para a identificar os objetivos, metodologia e resultados. A seguir, serão expostos os dados coletados nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1- Teses e dissertações sobre a ANA produzidas no período de 2013-2017

Grau	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Dissertações	—	2	1	6	4	13
Teses	—	—	1	3	—	4
Totais	—	2	2	9	4	17

Fonte: Dados organizados pelas autoras, a partir de pesquisa na CAPES e BDTD.

O levantamento evidencia que mais de 76% da produção acadêmica concentra-se em dissertações de Mestrado, treze no total. E um significativo crescimento das pesquisas sobre a ANA se encontra entre os anos de 2016 e 2017. Sendo oito trabalhos em 2016, cinco dissertações e três teses e, em 2017, cinco dissertações. Em 2014, duas dissertações e em 2015, uma dissertação e uma tese. As dezessete produções foram classificadas por instituição, unidade federativa, área de conhecimento e ano de publicação. Ao se analisar os dados, verificou-se uma predominância na Região Sudeste com sete trabalhos. O estado de São Paulo representado pelos cursos de pós-graduação da PUC/SP; UNESP; UNISO/SP; UFScar/SP com seis trabalhos, seguidos com uma pesquisa em Minas Gerais pela UFJF. A região Sul com três trabalhos, sendo eles, um no Paraná pela UNIOESTE/PR e dois pelo Rio Grande do Sul, URI/RS e UFRGS/RS.

A Região Centro-Oeste, por sua vez, apresenta seis pesquisas, com dois trabalhos da UFGD/MS, e um trabalho por instituição das demais, sendo elas UFG/Regional Jataí, UFMT/MT, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/FACE/DF e UNB/DF. A Região Nordeste está representada pela UFC/CE com apenas um trabalho. E na região Norte não foi encontrado pesquisa sobre a ANA. Os dados apontaram que a temática foi discutida não apenas nos programas de pós-graduação em Educação, mas também em outros, como Administração, Ciência Política e Letras. Desse modo, foram encontrados quatorze trabalhos na área da educação; e nas demais um trabalho por área. A tabela abaixo apresenta a síntese, como se pode observar:

Tabela 2- Dissertações e teses sobre a ANA por instituições, área de conhecimento e ano de publicação

Instituição/região	Área de conhecimento	2013	2014	2015	2016	2017
Região Sudeste						
PUC/SP	Educação e Letras	—	—	1	—	1
UNESP/SP	Educação	—	—	—	1	1
UNISO/SP	Educação	—	1	—	—	—
UFScar/SP	Ciência Política	—	1	—	—	—
UFJF/MG	Educação	—	—	—	1	—
Região Centro-Oeste						
UNB/DF	Educação	—	—	—	—	1
UFMT/MT	Educação	—	—	—	1	—
UFG/Reg. Jataí	Educação	—	—	—	1	—
UFGD/MS	Educação	—	—	—	2	—
FACE/DF	Administração	—	—	1	—	—
Região Sul						
UNIOESTE/PR	Educação	—	—	—	—	1
URI/RS	Educação	—	—	—	1	—
UFRGS/RS	Educação	—	—	—	1	—
Região Nordeste						
UFC/CE	Educação	—	—	—	1	—
Total		—	2	2	9	4

Fonte: Dados organizados pelas autoras.

Se por um lado, a partir de 2016, há um aumento de interesse das pesquisas pela temática, por outro os dados também revelam que os programas de pós-graduação na região Centro Oeste buscam se aprofundar na problemática das políticas educacionais, no caso as políticas de alfabetização, em detrimento de outras regiões, inclusive da Sudeste considerando a proporcionalidade de programas entre as duas regiões.

Na sequência, os elementos constitutivos dos resumos das teses e dissertação identificando objetivos, metodologia e resultados².

² Cabe ressaltar que em muitas das teses e dissertações não estavam disponíveis nos resumos os elementos constitutivos (objetivo, metodologia e resultados), sendo necessário realizar a leitura integral da pesquisa para se obter os dados.

Medeiros (2014)³ (UFSCar) analisou se o curso de formação do programa “Mais qualidade na escola” atingiu os objetivos traçados pela Secretaria da Educação no Estado de São Paulo. Assim, desenvolveu estudo de caso, pesquisa documental com abordagem quantitativa-qualitativa. Concluiu que a qualidade está ligada ao processo de aprendizagem dos conteúdos e habilidades, como os alunos estão aprendendo e se estão aprendendo, por meio de critérios quantificáveis.

Lusivo (2014) (UNISO/SP) analisou a ANA como uma política pública, inserida num contexto biopolítico. A metodologia pautou-se em análise documental, bibliográfica e observação do cotidiano escolar. A pesquisa apontou que a educação na sociedade brasileira está disseminada a serviço do mercado e o conhecimento está centrado nas competências e habilidades competitivas e utilitaristas, desvinculando-se da formação humana, formativa e ética.

Pereira (2015) (FACE/DF) buscou compreender de que forma os resultados da ANA e a Provinha Brasil contribuem para o diagnóstico da alfabetização no Brasil e como esses resultados são utilizados pelos gestores estaduais de educação. Foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, mediante triangulação de métodos baseada na realização de grupo focal, entrevistas semiestruturadas e análise documental. A pesquisa revelou que as avaliações proporcionam uma representação da alfabetização dos alunos brasileiros, mas ainda há dificuldade por parte de gestores, escolas e professores em utilizar os resultados.

Watanabe (2015) (PUC/SP) identificou, por meio das políticas públicas e das práticas educativas, os avanços e os retrocessos no processo de alfabetização da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) entre os anos de 1961 a 2014. Para isso, analisou cento e oitenta e cinco documentos do acervo da Memória Técnica Documental da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Diante da investigação, identificou como retrocesso as políticas de alfabetização, as avaliações externas, a saber: Provinha Brasil e ANA. Também compreendeu a ineficiência da gestão escolar, sua fragilidade e a lenta efetivação da gestão democrática.

Caetano (2016) (URI/RS) buscou analisar a intencionalidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) ao aplicar a avaliação em larga escala nos Anos Iniciais (3º e 5º), contemplando somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse trabalho foi utilizada a metodologia histórico-crítica. A pesquisa mostrou que a avaliação em larga escala, por si só, não traz qualidade, sendo necessário refletir sobre os resultados para que a mesma possa contribuir significativamente para a aprendizagem dos educandos.

Lima (2016) (UFGD) investigou a concepção de qualidade educacional evidenciada para a gestão do processo alfabetizador no espaço local, decorrente de normatizações, propostas teóricas e práticas presentes em duas ações da política educacional brasileira: o Plano de ações Articuladas (PAR) e o PNAIC. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, por meio de entrevistas e questionários. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a concepção de qualidade identificada a partir das falas dos sujeitos investigados prioriza o quantitativo, entretanto, avança no sentido de oferecer recursos didáticos, tecnológicos, pedagógicos, infraestrutura física, formação para além do professor, ações estas que estão presentes no PAR e no PNAIC.

Silva (2016) (UFC/CE) apresentou as características e as estruturas de cinco avaliações que aferem o processo de ensino-aprendizagem, a saber: ANA, Provinha Brasil, o Sistema

³ Medeiros (2014) não esboçou a metodologia e nem os resultados no resumo. Foi necessário ler a introdução para captar os dados referentes a metodologia e as considerações finais para captar os resultados da pesquisa.

Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (SPAECE-Alfa), Provinha do PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa) e Avaliação Municipal do 1º Ano, desenvolvidas em um município do estado do Ceará. A metodologia pautou-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, na forma de Estudo de Caso, com cunho descritivo. Após investigação, os resultados apontaram falhas estruturais quanto ao retorno dos resultados dessas avaliações à sociedade e mostraram que estas avaliações têm em comum o apoio à alfabetização e à formação docente.

Urel (2016) (UNESP) buscou apresentar as “vozes” que legitimam o discurso sobre avaliação em larga escala em uma revista sobre gestão escolar. Utilizou-se da pesquisa documental, publicações oficiais, materiais impressos e digitais, em uma abordagem dialógica do discurso pautada no INEP e pela revista Nova Escola Gestão Escolar. As análises demonstraram que os discursos relacionados às avaliações em larga escala legitimam a responsabilidade do gestor no que tange ao desempenho de “sua” escola.

Assis (2016) (UFG/Reg. Jataí) objetivou analisar as mudanças ocorridas na alfabetização de alunos da educação básica a partir da adesão e implementação do PNAIC no município de Jataí-GO. Os dados documentais mostraram que houve mudanças nos níveis de proficiência em leitura e escrita, de acordo com a ANA realizada em 2013 e 2014. Essa pesquisa revelou que não se pode nivelar o processo de alfabetização pelo fato de que cada escola pode apresentar uma realidade peculiar.

Sperrhake (2016) (UFRGS) analisou as linhas do dispositivo da Numeramentalidade na constituição das práticas avaliativas em larga escala, tomando como objeto de investigação a ANA. Metodologicamente, analisou os documentos referentes à ANA utilizando algumas ferramentas teórico-analíticas baseadas na concepção teórica-metodológica foucaultiana. Os resultados demonstraram que as linhas do dispositivo da Numeramentalidade que operam nas práticas avaliativas, produzem visibilidades sobre a alfabetização por meio de jogos de verdade das estatísticas e dos processos classificatórios, produzindo tipos de sujeito e uma subjetividade numeramentalizada.

Nienow (2016) (UFMT) buscou compreender como a escola configura a construção social da criança, orientada pelo discurso da qualidade da educação, traçando um diálogo com a ANA. A pesquisa pautou-se na base teórica-metodológica histórico-cultural em Vigotski. O estudo identificou o efeito da ANA em dois núcleos de significação: um que é ancorado na imagem que culpabiliza a criança pelo fracasso nas avaliações; e outro que mostra que a criança é um aprendiz, por isso, a necessidade de criar uma avaliação mais significativa, com uma postura antropológica.

Portela (2016) (UFJF/MG) discutiu as semelhanças e as divergências entre as avaliações em Alfabetização Matemática (AIMa) dos Sistemas Estaduais de Educação do Espírito Santo (PAEBES ALFA), Pernambuco (SAEPE) e Acre (SEAPE) e a ANA. Utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Com as análises, constatou- que as avaliações censitárias em larga escala de AIMa são mais antigas nos estados analisados do que no cenário nacional.

Teixeira (2017) (UFGD) analisou a implementação da ANA na gestão do processo alfabetizador orientado pelo PNAIC, no município de Dourados-MS. A metodologia pautou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os documentos compilados entre os anos de 2013 a 2015 mostraram-se fundamentais para compreender que a avaliação ANA chegou à escola, entretanto, não foi percebida pelos sujeitos da mesma, ou seja, não a viram como uma possibilidade no processo pedagógico ou como um instrumento capaz de melhorar a qualidade da alfabetização.

Francisco (2017) (UNIOESTE/PR) analisou se a Prova Brasil indica aprendizagem plena de leitura e de escrita. Observou a concepção de alfabetização e letramento da ANA e da Prova Brasil, para investigar as baixas aprendizagens que se escondem por trás de uma média alta. A pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa. A análise demonstrou que estas avaliações aferem alfabetização e não letramento e os gráficos indicaram desigualdade de aprendizagem.

Capicotto (2017) (UNESP) identificou e considerou a disparidade de desempenho na leitura e escrita dos alunos no Ciclo da alfabetização. A metodologia adotada pautou-se em um estudo de caráter empírico, com abordagem qualitativa, pesquisa documental e de campo. Os dados evidenciaram que os saberes docentes não ocorrem desvinculados do contexto no qual estão inseridos e que o espaço escolar interfere em sua constituição; também apontaram a importância do professor não se limitar às condições socioeconômicas dos alunos, mas comprometer-se com o aprendizado de todos.

Alarcão (2017) (UNB/DF) buscou verificar se há compatibilidade na abordagem da multiplicação em diferentes instâncias do currículo do 3º ano do Ensino Fundamental, tendo como cenário uma escola pública do Distrito Federal. Utilizou como metodologia a análise documental, entrevistas semiestruturadas com duas professoras do ano escolar investigado e análise de conteúdo. O estudo constatou que o tratamento oferecido à multiplicação, nos níveis do currículo analisado, se dá de forma congruente. O problema é que, apesar das significativas mudanças que os ideais da Teoria dos Campos Conceituais (TCC) introduziram nos diversos âmbitos curriculares, algumas práticas e concepções não condizem com esses ideais.

Piovezan (2017) (PUC/SP) analisou, por meio de questionário, a percepção que os professores têm do processo de construção do leitor proficiente. A metodologia pautou-se em pesquisa documental, com abordagem qualitativa e de campo. Percebeu como resultados⁴ a importância da orientação quanto aos procedimentos didático-metodológicos no tocante à leitura e escrita de texto, bem como, a importância das práticas em sala de aula, a saber: estudo e pesquisa.

As produções acadêmicas no contexto das políticas educacionais para a alfabetização

A partir da década de 1990, com a crescente incorporação das políticas neoliberais nos sistemas educativos, desencadeou-se um cenário de mudanças nas formas como o Estado se insere para controlar setores da sociedade, principalmente, o educacional. Sobre isso Saviani argumenta que as avaliações em larga escala contribuem para a redefinição do papel tanto do Estado quanto das escolas. Segundo ele, "Trata-se de avaliar os alunos, as escolas, os professores e, a partir dos resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e a alocação dos recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade" (SAVIANI, 2011, p. 439). A avaliação em larga escala tem servido de instrumento de controle utilizado pelos governos como forma de produzir e regular as políticas públicas.

Afonso (2009) ressalta que com a emergência de políticas educacionais neoliberais e neoconservadoras, disseminaram-se novas formas de perceber a educação, visando a quantificação dos resultados, a mecanização dos processos e a busca por eficiência e eficácia dos produtos educacionais. Portanto, os dizeres imbuídos nestas políticas e reformas educacionais se coadunam em proposições de escolas eficazes, propagando uma nova

⁴ A autora não apresentou no resumo os resultados obtidos na pesquisa. Foi necessário buscar os mesmos nas considerações finais.

racionalidade; pagamento por mérito e responsabilização dos professores e gestores pelo desempenho de seus alunos (RAVITCH, 2011; ZANARDINI, 2014).

O próprio trabalho pedagógico, neste contexto, é afetado com alterações. Segundo Saviani (2011), as ideias pedagógicas disseminadas no ambiente educacional, sofrem grande inflexão, passam a assumir o próprio discurso do fracasso da escola pública. Sua decadência é justificada pela incapacidade do Estado em administrar o bem comum, deixando brechas para a iniciativa privada reger a educação, a partir das leis de mercado. Libâneo (2012), por sua vez, salienta que com isso cria-se o dualismo da educação brasileira, uma escola do conhecimento destinada aos ricos e outra de acolhimento aos pobres.

Com isso, têm-se observado, nas últimas décadas, várias contradições no campo educacional que carecem de entendimento como forma de desvelar a realidade. São questões mal resolvidas, como a questão entre quantidade e qualidade, o direito à escola, aspectos epistemológicos.

Ao se analisar os resumos das dissertações e teses, 70% das pesquisas asseguram que a avaliação externa é uma ferramenta utilizada pelo Estado para controlar o trabalho do professor, bem como os conteúdos que serão ensinados ou não. Também é uma forma de inserir as políticas públicas compensatórias voltadas para uma suposta "qualidade".

Cabe ressaltar que a qualidade desses programas se ampara em uma perspectiva mercadológica, ao tentar aliar mercado e educação. A qualidade que se defende é oposta, ou seja, é a qualidade social e política comprometida com as demandas sociais e não com as demandas mercadológicas; busca compreender as políticas governamentais em seu sentido político e social, no qual os projetos sociais estão voltados para o bem comum, para a transformação dos espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e efetivamente democráticas.

Dito de outra forma, a qualidade social aqui defendida "é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação" (SILVA, 2009, p. 225). A qualidade, muitas vezes, produz discursos ideológicos como se a simples oferta ou o acesso ao espaço físico garantisse a qualidade do ensino, à aprendizagem, como alertam Libâneo (2012), Santiago e Lima (2011). Assim, em se tratando da temática avaliação, compreende-se que as políticas públicas de avaliação são conduzidas pelos organismos internacionais, tendo em vista manter e reproduzir a sociedade capitalista.

Quanto aos 30% das pesquisas analisadas, estas abordaram a ANA na perspectiva do lema aprender-a-aprender como orientação pedagógica, tendo por base a pedagogia das competências. Esse ideário está associado ao sistema produtivo, o que pressupõem padrões de desempenho, competências e habilidades, buscando seu fundamento em bases técnicas e instrumentais a serem dominadas, em detrimento de um saber historicamente sistematizado. Significa dizer que são ideias pedagógicas expressadas no neoprodutivismo, na nova versão do capital humano, demarcando uma nova orientação educativa que se instaura na pedagogia da exclusão, a pedagogia das competências (SAVIANI, 2011).

Ainda sobre a pedagogia das competências, Duarte (2001) salienta que esta proposta se desloca de uma lógica de ensino, para uma lógica de treinamento. Com isso, o aprender a aprender, seria assim, o aprender fazendo. O autor chama a atenção sobre o fato de que esta concepção valoriza o aprender sozinho em um nível mais elevado do que a aprendizagem resultante da transmissão dos conhecimentos socialmente produzidos. Ou seja, essa concepção valoriza a prática (o fazer) em detrimento da teoria (o pensar). Vê-se com o exposto uma tentativa de economização da educação.

Ravitch (2011), analisando as políticas educacionais nos Estados Unidos, salienta que se têm construído discursos salvacionistas na educação, apontando para o mercado como aquele que irá trazer inovação e eficiência para a área educacional. No dizer da autora, como se fosse possível consertar a educação aplicando as leis do mercado, mediante a organização e administração empresarial.

Saviani (2011), por sua vez, afirma que as ideias expressas no neoprodutivismo são resultantes de um Estado que busca maximizar os resultados dos recursos aplicados na educação a uma lógica mercadológica, dentro de uma perspectiva que inclui excluindo. Isso representa, em números, a ampliação do atendimento escolar, a universalização do acesso ao ensino, porém, mascara a realidade, uma vez que os sistemas de ensino não vão além, pois, não possibilitam, efetivamente, um ensino de qualidade que permitirá a participação ativa da vida em sociedade.

Zanardini (2014) ressalta que as avaliações, estão enraizadas em discursos e políticas de Organismos internacionais de alívio à pobreza e em políticas compensatórias, dentro das ideias neoprodutivistas. Assim, é necessário compreender a política educacional como uma política de âmbito mundial, entender sua intencionalidade e a serviço de quem está. Haja vista que a mesma se coloca como um instrumento do Banco Mundial (BM).

Considerações finais

A avaliação educacional não se limita apenas na verificação do rendimento escolar, atividade rotineira e burocrática no âmbito institucional da escola. Ela assume, cada dia mais, uma perspectiva em larga escala, centrada em programas ditos de qualidade, financiados por organismos internacionais.

A avaliação na educação é necessária, pois é um processo em constante movimento, mas deve ir além de dados estatísticos como forma de analisar a qualidade da educação. O processo de avaliação deve levar a problematizar: avaliar o quê? Para quem? Por quê? Para quem os dados são construídos? Com quais objetivos? Qual o uso que se pretende fazer deles?

Diante dessas questões, é necessário se posicionar criticamente frente a estas avaliações em larga escala, em específico a ANA, pois o BM como uma agência financiadora, estabelece objetivos para aquilo que financia e estabelece relações de controle e tipo de racionalidade econômica visando produtividade, eficiência e eficácia dos serviços prestados (DALBEN, 2002; ZANARDINI, 2014). As avaliações tem por objetivo o controle político das instituições e sistemas, como forma de fortalecer a função reguladora e controladora do Estado Avaliador. Assim, no projeto neoliberal, "o Estado mínimo é máximo na avaliação" (SORDI, 2002, p. 67). Vê-se assim, que a lógica predominante se traduz em indicadores de produtividade definidos, a priori, por práticas eficientes diante do mercado.

O levantamento do estado do conhecimento sobre as teses e dissertações sobre a ANA possibilitou um mapeamento teórico da área. O resultado das 17 (dezessete) teses e dissertações analisadas sugere a necessidade de uma maior compreensão sobre as políticas públicas. Tal prática avaliativa fortalece o ideário de Estado avaliador e regulador, influenciando na elaboração e execução de políticas educacionais de avaliação em todo o Brasil, inclusive nas políticas de currículo. Nesse sentido, o currículo foi reduzido a conhecimentos e habilidades básicas em escrita, leitura e matemática, apresentando uma visão reducionista do ensino ao focar em resultados e competências, expressando o que Saviani (2011) chama de neoprodutivismo.

Referências

AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortes, 2009

ALARCÃO, C. M. da S. *As ideias da multiplicação em diferentes níveis do currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental: encontros e desencontros*. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, 2017.

ASSIS, A. K. F. de. *O PNAIC e a educação básica em Jataí-GO: o que revelam os documentos?* 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.

BRASIL. *Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/ana/documento/2014/documento_basico_a_na_online_v2.pdf. Acesso em: 22 fev. 2018

BRASIL. *Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2105* / Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2014. 105 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002326/232699por.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2018.

CAETANO, A da S. *Educação Básica e Avaliação em Larga Escala: uma Análise Para Além do Quantitativo*, 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Regional integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2016.

CAPICOTTO, A. D. *Os saberes do professor alfabetizador: entre o real e o necessário*, 2017. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2017.

DALBEN, Â. I. L. de F. *Das avaliações exigidas às avaliações necessárias*. In: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). *Avaliação: políticas e práticas*. Campinas: Papyrus, 2002. p. 13-42

DUARTE, N. *As pedagogias do "aprender a aprender" e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, p.35-40, 2001.

FERREIRA, N. S. de A. *As pesquisas denominadas "Estado da Arte"*. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79, 2002. p. 257-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018

FRANCISCO, M. P. *Avaliação de larga escala na alfabetização: a média mostra a realidade da aprendizagem?* 2017. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017.

LIBÂNEO, J. C. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIMA, F. R. *Política e gestão do processo alfabetizador na relação PAR/PNAIC em Dourados, MS: qual qualidade?* 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

LUSIVO, C. M. de T. *O que não se diz e não se vê sobre o que se diz e vê: a Avaliação da Alfabetização – ANA.* 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Sorocaba, São Paulo, 2014

MEDEIROS, T. B. *Políticas públicas em educação: o curso de formação de professores do estado de São Paulo.* 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

NIENOW, N. dos S. *A construção da imagem social da criança no diálogo com a Avaliação Nacional da Alfabetização.* 2016. 367 f. Doutorado (Tese em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

PEREIRA, P. da S. O. *Avaliação nacional da alfabetização e provinha Brasil: percepção dos gestores e suas funções.* 2015. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PIOVEZAN, R. M. de S. *Avaliação nacional de alfabetização e compreensão leitora.* 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PORTELA, M. M. *Alfabetização matemática: um paralelo entre a avaliação nacional e cenários estaduais.* 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública)- Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

RAVITCH, D. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam à educação.* Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROSSETTO, G. A. R da S.; FIGHERA, A. C. M.; SANTOS, E. G. dos; POWACZUK, A. C. H.; BOLZAN, Doris Pires Vargas. Desafios dos estudos "Estados da Arte": estratégias de pesquisas na pós-graduação. *Educação: Saberes e Práticas.* V.2, n.1, 2013. p-1-15. Disponível em: www.icesp.br/revistas-eletronicas/index.php/SaberesPratica/article/view/54. Acesso em: fev. 2018

SANTIAGO, S. H. M.; LIMA, A. B. de. Reforma do Estado e controle avaliativo. *In: LIMA, Antônio Bosco (org.). Estado e o controle social no Brasil.* Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 35-40.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, L. M. da. *Avaliações em larga escala na alfabetização: contextos no ensino público de um município do estado do Ceará,* 2016 98 f. Mestrado em EDUCAÇÃO- Universidade Federal do Ceará, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3665638. Acesso em: mai. 2017

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. *Cad. Cedes*, Campinas, v.29, n. 78, p. 216-226, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a05.pdf>. Acesso: nov. 2017

SPERRHAKE, R. *O Dispositivo da numeramentalidade e as práticas avaliativas: uma análise da "Avaliação Nacional da Alfabetização"*. 2016. 192 f. Doutorado (Tese em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SORDI, M. R. L. de. Entendendo as lógicas institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. In: VILLAS BOAS, B. M. de F. (Org.). *Avaliação: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 2002 p. 65-82

TEIXEIRA, O. C. da S. *Implementação da avaliação nacional da alfabetização na gestão do processo alfabetizador em Dourados-MS*. 2017.169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2017.

UREL, A. L. J. *A legitimação das avaliações em larga escala no discurso sobre gestão educacional*. 2016. 187f. Doutorado (Tese em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2016.

WATANABE, A. *Políticas públicas de alfabetização na Rede Municipal de Ensino de São Paulo: uma trajetória para a consolidação do direito à educação*. 2016. 250 f. Doutorado (Tese em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

ZANARDINI, J. B. Considerações sobre o papel da educação eficiente como estratégia para o alívio da pobreza. In: EVANGELISTA, O. *O que revelam os slogans educacionais*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014. p. 245 -282

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí (UFG/REJ). E-mail: elizabethraimann@gmail.com.

**Mestranda do Programa de Pós-Graduação- Mestrado em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. E-mail: nafrenufg@gmail.com.

Recebido em 10/04/2018

Aprovado em 10/05/2018